

O avanço do Plano Brady e o atraso do Brasil

Ao mesmo tempo em que o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, anunciava em Washington que os bancos particulares credores aceitaram voluntariamente reduzir a dívida dos países em desenvolvimento, em Brasília o governo manifestava a esperança de, até o final do mandato do presidente José Sarney, obter uma redução de 10% da dívida com os bancos comerciais. A coincidência até poderia ser animadora para o país, envolvido numa crise sem precedentes, não fosse o fato de a pretensão do governo ser, ao mesmo tempo, ilusória e modesta.

É ilusória porque o credenciamento aos benefícios do Plano Brady — proposto em março pelo secretário do Tesouro dos EUA, com o objetivo de dividir entre credores e devedores os ônus da solução do problema da dívida dos países em desenvolvimento — requer um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou, pelo menos, a perspectiva de que se possa chegar a um acordo. Como se sabe, a missão técnica do FMI deixou o país há duas semanas por causa do estouro da taxa de inflação no mês passado e das dificuldades em acertar com o governo brasileiro uma meta viável para o déficit público este ano.

A pretensão é também modesta porque os papéis da dívida brasileira estão sendo negociados no mercado secundário norte-americano com desconto superior a 60%; em outras palavras, cada dólar da dívida brasileira não vale mais do que 40 cents. “Os bancos já reconhecem que seus créditos ao Terceiro Mundo não representam 100% de seu valor nominal e esta é uma vitória de nossa iniciativa”, disse Brady. Suas palavras foram confirmadas pela contraproposta que os bancos fizeram ao governo mexicano, de um desconto de 35% da dívida (inicialmente o México pedira desconto de 55%, mas teria reduzido sua pretensão para 40%).

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, acredita que, com as medidas anunciadas recentemente (mididesvalorização do cruzado novo, centralização do câmbio no Banco Central, criação do Bônus do Tesouro Nacional com correção cambial e, por fim, a suspensão de alguns pagamentos ao exterior), evitou-se uma crise cambial. Ele sabe, entretanto, que essas medidas não alteraram em nada o clima de incertezas que acabou provocando o retorno da missão do FMI a Washington. “É muito difícil, difícil mesmo, um acordo com o FMI”, disse ao jornal **Gazeta Mercantil**. Sem esse acordo, fica também “muito difícil, difícil mesmo”, o ingresso de recursos de aproximadamente US\$ 3 bilhões com os quais o país poderia honrar os compromissos que vencem no segundo semestre.

O governo brasileiro não pretende suspender os pagamentos a instituições governamentais e multilaterais de crédito (como o Clube de Paris, o FMI, o Banco Mundial e outras), que nos podem emprestar mais dinheiro. A situação perante o Clube de Paris (ao qual deveriam ter sido pagos, mas não foram, US\$ 812 milhões até a segunda-feira passada) será regularizada tão logo haja a garantia de que as reservas podem manter-se em torno de US\$ 6 bilhões. Mas o pagamento de juros aos bancos particulares

levará ser suspenso. No segundo semestre vencem US\$ 3,7 bilhões de juros sobre empréstimos de médio e longo prazos, dos quais US\$ 2,3 bilhões estão concentrados em setembro. A suspensão pode começar já neste mês.

Se em condições normais não é fácil obter vantagens nas negociações com os credores — como demonstra a demora dos bancos particulares em aceitar as propostas do secretário Nicholas Brady —, um devedor que suspende seus pagamentos terá dificuldades ainda maiores. Mesmo assim, depois de discutir com os ministros da área econômica e com o presidente da República os efeitos das medidas cambiais adotadas recentemente, o embaixador Marcílio Marques Moreira retornou ao seu posto em Washington com a incumbência de negociar a redução da dívida junto aos bancos particulares (além, é claro, de informar o governo americano da situação brasileira e de tentar acelerar as negociações com o FMI).

A dívida de médio e longo prazos com os bancos particulares é pouco superior a US\$ 60 bilhões. A juros de 10% ao ano, ela exigiria pagamentos anuais de cerca de US\$ 6 bilhões; uma redução como a pretendida pelo governo, de 10%, produziria uma economia anual de US\$ 600 milhões, quantia pouco expressiva para o total que o país precisa pagar anualmente a título de juros (cerca de US\$ 10 bilhões).

Por um benefício de efeitos limitados, o Brasil pode queimar a possibilidade de obter um acordo mais favorável nos termos propostos pelo Plano Brady — se e quando puder negociar os benefícios desse plano.

O sucesso de qualquer proposta de solução do problema da dívida externa depende da existência de uma política austera no plano interno, que permita a retomada do crescimento. O governo declaradamente desistiu de adotar medidas efetivas para cortar suas despesas e deter a caminhada rumo à hiperinflação. Afirma que seu objetivo é a transferência do poder ao futuro presidente sem traumas e esse objetivo estaria também por trás da missão de nosso embaixador em Washington. Na verdade, entretanto, vem agindo por impulsos, tentando evitar o agravamento dos problemas emergentes, sem resolvê-los. Já conhecida no plano interno, essa estratégia — ou antiestratégia — que exige esforços, mas produz fracassos, parece ter chegado ao setor externo: a tentativa de redução da dívida pode acabar por inviabilizá-la.